



ACÓRDÃO Nº 189/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11630/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS,
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Secretária Municipal, Gestora e Ordenadora das Despesas.
- 6- **Advogados:** Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo, OAB/AM nº 4.331; Sr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato, OAB/AM nº 6.795.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 649/2018-MP-RCKS, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 723/725).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS - Exercício de 2015.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator:

- a) **Julgar Regulares com Ressalvas** as Contas Anuais do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, da Prefeitura Municipal de Manaus, exercício de 2015, de responsabilidade da Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Secretária Municipal, Gestora e Ordenadora das despesas, nos termos do art. 22, II da Lei n.º 2.423/1996;
- b) **Determinar** à origem na pessoa da gestora, para que atente aos seguintes aspectos:
 - Cumprimento do prazo da Resolução n.º 13/2015, no tocante aos encaminhamentos mensais via E-Contas;
 - Cumprimento do prazo conforme parágrafo único do art. 61 da



ACÓRDÃO Nº 189/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Lei federal n.º 8.666/93, no concernente à publicação do despacho de homologação.

10.2. Nos termos do **voto destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Júlio Cabral**, em divergência à proposta de voto do Relator, que em sessão retirou a proposição de multa à responsável:

- Aplicar multa a Sra. **Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro**, Secretária Municipal, no valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, nos termos do art. 53, § único, da Lei Estadual n.º 2423/1996.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1-Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral em substituição.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição